



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

PORTARIA - 11800478

Convoca os juízes federais relatores da 2ª TR PA-AP para a **6ª sessão de julgamento extraordinária**, designada para o dia **17/12/2020, às 14h**, bem como dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a sessão que adotará a modalidade Não-Presencial com Suporte em Vídeo (Teams) e sustentação oral.

O JUIZ FEDERAL PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO PARÁ E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO:

- a) que a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, se caracteriza como pandemia;
- b) a Resolução n. 322/2020-CNJ, de 1º de junho de 2020, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covis - 19;
- c) a Resolução Consolidada Presi 10468182/2020, e suas alterações posteriores, que estabelecem, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção do contágio pelo novo coronavírus (causador da Covid-19) e dá outras providências;
- d) o decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na Consulta 0002337-88,2020.2.00.0000 que as sessões virtuais de julgamento nos tribunais e turmas recursais do sistema de juizados especiais poderão ser realizadas tanto em processos físicos, como em processos eletrônicos, e não ficam restritas às matérias relacionadas no art. 4º da resolução CNJ 313/2020, cujo rol não é exaustivo;
- e) a persistência da situação de emergência em saúde pública e a consequente necessidade de de manutenção das medidas de distanciamento, com a redução da circulação de pessoas, e de prevenção ao contágio pelo vírus SARS-CoV2, de forma a colaborar com a atuação das autoridades governamentais competentes, sem prejuízo dos serviços prestados;
- f) a natureza essencial da atividade jurisdicional e a necessidade de se assegurarem condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-a com a preservação da saúde de magistrados, agentes públicos, advogados e usuários em geral;
- g) a disciplina já existente das Resoluções Presi [8225667](#), de 24 de maio de 2019, que instituiu a Sessão Virtual de Julgamento no âmbito das turmas recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região para processos distribuídos no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE; 10081909, que regulamentou, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, os julgamentos virtuais de processos administrativos e 10118537, que regulamentou, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, as sessões de julgamentos em ambiente eletrônico de processos judiciais;

RESOLVE:

Art. 1º. **CONVOCAR** os juízes federais relatores da 2ª Turma Recursal PA-AP para a **6ª Sessão de Julgamento Extraordinária** designada para o dia **17/12/2020, às 14h**;

Art. 2º. **ESTABELECER** que poderá haver sustentação oral nos **processos incluídos na pauta da 6ª sessão de julgamento extraordinária (PJe, Virtual e Físicos)**, desde que haja manifestação expressa e por escrito neste sentido;

Art. 3º. **DETERMINAR** que a 6ª sessão de julgamento extraordinária seja realizada na modalidade **Não Sessão Presencial com Suporte em Vídeo, em ambiente Microsoft Teams, com sustentação oral por advogados (públicos e privados), Defensores Públicos e pelo Ministério Público Federal, que manifestarem interesse observando o artigo seguinte.**

Art. 4º. **Os advogados, públicos e privados, defensores públicos, e o representante do Ministério Público Federal que manifestaram o interesse em realizar sustentação oral** (nas hipóteses especificadas pela lei e pelo regimento interno), **deverão peticionar nos autos e a solicitar inscrição** exclusivamente por intermédio do e-mail **turma.recursal.pa@trf1.jus.br**, em até **24 (vinte e quatro) horas antes do início da 6ª sessão de julgamento extraordinária** da 2ª Turma Recursal PA-AP, observando-se o seguinte:

I - no **pedido de inscrição**, devem constar os seguintes dados: **nome, OAB (se advogado) e endereço eletrônico (e-mail) do advogado, público e privado, defensor público ou do representante do Ministério Público Federal que irá sustentar, número do processo, nome da parte que representa e nome do(a) Relator(a)**. Para o e-mail informado pelo interessado será enviado o hiperlink de acesso, acesso este que não está condicionado à obtenção da ferramenta Microsoft Teams, pois a participação será viabilizada mediante acesso pela web;

II - **deverá o advogado, privado e público, o defensor público e o representante do Ministério Público Federal, confirmar o recebimento do hiperlink de acesso** de que trata o inciso anterior;

III - **é de inteira responsabilidade do advogado, público e privado, do defensor público e do representante do Ministério Público Federal a informação correta dos dados, inclusive o correto endereço eletrônico, e ao uso das ferramentas e ao acesso da web**. Aqui, excluindo-se qualquer responsabilidade do Juízo pelo mal uso das ferramentas eletrônicas, infraestrutura e/ou intempéries;

IV- **apreçoado o advogado, público e privado, o defensor público e o membro do Ministério Público, e este não se encontrar presente, o processo será levado a julgamento normalmente, sem a realização da sustentação oral;**

V - **a intervenção do advogado, público e privado, defensor público e membro do Ministério Público Federal na Sessão de Julgamento estará adstrita ao processo em que solicitou a sustentação oral**, sendo que seu acesso para esse fim será removido após o julgamento proferido pela Turma Recursal, sem prejuízo de poder continuar assistindo à Sessão na forma prevista pelo § 1º;

VI - **A Turma Recursal disponibilizará, na Sede desta Seção Judiciária, na data e hora da sessão de julgamento, aos advogados, defensores públicos ou representante de MP, que não dispuserem de suporte tecnológico, estação de trabalho com todos os recursos necessários para o acesso à sala da 6ª sessão de julgamento extraordinária com Suporte em Vídeo (Teams). Para tanto deve ser informado o interesse no suporte tecnológico, exclusivamente por intermédio do e-mail **turma.recursal.pa@trf1.jus.br**, em até **24 (vinte e quatro) horas antes do início da 5ª sessão de julgamento extraordinária** da 2ª Turma Recursal PA-AP;**

Art. 5º. **MANTER** as disposições da Portaria SJP-TR2 10105532/2020 em tudo que não conflitar com as disposições do presente Ato.

Parágrafo único. De ordem, a Secretaria Única das Turmas Recursais das SJP e SJAP também encaminhará esta Portaria à OAB/PA e OAB/AP, ao MPF, à DPU/PA, à Procuradoria da União, à Procuradoria da Fazenda Nacional, à AGU, à Procuradoria Geral Federal, à Procuradoria Especializada do INSS, às Procuradorias dos Estados do Pará e Amapá, nos casos em que sejam partes nos autos processuais a serem levados a julgamento, para ciência, e providenciará, perante a Direção do Foro da SJP e SJAP, a sua mais ampla publicidade, mediante avisos em destaque nas entradas dos prédios e no sítio eletrônico da Justiça Federal nos estados do Pará e Amapá. Deverá, ainda, a Secretaria, encaminhar cópia à Corregedoria Regional da Primeira Região, à Coordenação Regional dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE.

Juiz Federal **LUCIANO MENDONÇA FONTOURA**
Presidente da 2ª TR PA-AP



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Mendonça Fontoura, Juiz Federal**, em 20/11/2020, às 14:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **11800478** e o código CRC **A1B43ABD**.